

# DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

20 a 24 de novembro de 2023

## Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [5G no Brasil](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Saúde](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Consumidor](#)
- △ [Ambiental](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Internacional](#)
- △ [Política](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Orçamento](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

## Atividades da Assespro Nacional

A Federação Assespro foi **designada** para compor o **Fórum de Comércio e Serviços (FMCS)** do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (**MDIC**), juntamente com outras 25 entidades do setor privado dos setores de comércio e serviços. A relação nominal dos membros representantes deve ser divulgada em breve.

Ainda nesta semana, a Federação Assespro divulgou nota conjunta com as entidades dos 17 setores desonerados e com as entidades nacionais de TI, contra o **veto integral** do presidente da República ao **PL 334/2023** (*prorrogação da desoneração da folha até 2027*). Ainda, durante entrevista concedida à Revisati, o presidente da Federação, **Christian Tadeu**, anunciou que deve buscar mobilizar o setor para resolução do impasse no Congresso Nacional, convocando associados e não associados para mobilização.

## 5G no Brasil

- **Anatel decide liberar garantias para quem antecipar metas do 5G.** As principais operadoras de telefonia do Brasil, incluindo Vivo, TIM e Claro, estão sendo beneficiadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) com a devolução antecipada das garantias bancárias, após anteciparem as metas de cobertura no leilão do 5G. A Anatel decidiu liberar os recursos antes do prazo final de entrega, sendo a TIM a operadora mais agressiva na antecipação, recebendo R\$ 46,7 milhões de volta, seguida por Claro com R\$ 27 milhões e Vivo com R\$ 26,9 milhões. **Gustavo Borges**, superintendente da Anatel, ressaltou que parte das garantias devolvidas se refere a metas vencidas em 2022, e o restante, inicialmente previsto para 2023 e 2024, foi antecipado. Esta é a primeira vez que a agência adota essa estratégia, visando estimular a corrida pelas garantias, gerando alívio de caixa e incentivando investimentos. Além das grandes operadoras, provedores regionais, como Brisanet e Unifique, também estão antecipando metas. A liberação das garantias é vista como um grande incentivo para o desenvolvimento do projeto 5G no país, conforme destacado por algumas empresas do setor.

Com informações de: [Valor Econômico](#)

## Segurança Cibernética

- **Governo vai criar Política de Cibersegurança por decreto e adia agência nacional.** Governo federal irá criar uma Política Nacional de Cibersegurança por etapas, seguindo instruções do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A primeira fase irá acontecer por meio de um decreto presidencial a ser assinado nas próximas semanas, com a criação de uma política nacional e um Comitê interministerial. A possibilidade de criar uma Agência Nacional de Cibersegurança fica em espera para um futuro projeto de lei devido a dificuldades fiscais para criação de despesas. Segundo o coordenador do PNCiber, **Marcelo Malagutti**, o problema reside na dificuldade em criar despesas, mas o governo busca uma solução para custeio da agência. O Comitê Nacional de Cibersegurança, por sua vez, terá a participação de 14 representantes do governo, além do CGI.br e 9 representantes da sociedade. Malagutti ressaltou que a política nacional será implantada em breve, e a Agência Nacional de Cibersegurança será mantida como um objetivo futuro, uma vez que os ataques cibernéticos são inevitáveis e é necessário estar preparado para lidar com as possíveis crises. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **Anatel promove workshop sobre segurança cibernética.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) realizou nesta quinta-feira (23) o Workshop de Segurança Cibernética e Combate à Fraude no Ecosistema Digital, reunindo representantes do governo, academia e iniciativa privada para discutir a cooperação necessária entre os diversos setores a fim de mitigar as vulnerabilidades cibernéticas. Durante o encontro, a chefe substituta da Assessoria Internacional da Anatel, **Andrea Grippa**, destacou a importância estratégica da segurança cibernética, tanto para a resiliência das redes quanto para o desenvolvimento econômico e social. Além disso, a chefe da Divisão de Defesa e Segurança Cibernética (D-Ciber) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), **Larissa Schneider Calza**, ressaltou a proeminente atuação do Brasil em segurança cibernética a nível internacional. Já o

coordenador-geral de Políticas Públicas para Serviços de Telecomunicações da Secretaria de Telecomunicações (Setel/MCom), **Daniel Brandão Cavalcanti**, enfatizou as medidas relevantes e normativas para prevenção de incidentes cibernéticos implementadas pelo Brasil.

Com informações de: [ASCOM ANATEL](#)

- **Vai à CFT projeto que prevê mecanismo alternativos à biometria.** A Comissão de Defesa de Consumidor (CDC) aprovou o [PL 21/2019](#) (*mecanismos alternativos à biometria*) na forma do substitutivo do relator, deputado **Vinicius Carvalho** (REP/SP). A matéria segue para análise pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e, posteriormente, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, o projeto seguirá para apreciação do Senado Federal – *salvo a apresentação de recurso para votação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.

## Inteligência Artificial

- **Comissão e União Europeia concordam que IA precisa de regras.** A Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) do Senado Federal debateu a regulamentação da inteligência artificial em uma audiência com representantes da União Europeia, onde especialistas ressaltaram a importância de criar regras para proteger a criatividade, a propriedade intelectual e o ser humano. A Europa defende o antropocentrismo digital, a visão de que a inteligência artificial deve ser desenvolvida com foco no homem. A proteção de artistas e do trabalho intelectual foi apontada como essencial, e a sugestão de formar uma comissão com especialistas em I.A. no Senado foi levantada. Além disso, destacou-se que as legislações de proteção de dados brasileira e europeia convergem para impulsionar a investigação e a capacidade industrial com segurança para as pessoas. O debate reforçou a importância de regulamentar a inteligência artificial, sem engessar seu desenvolvimento, mas protegendo aspectos fundamentais como a criatividade e os direitos humanos. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **CPASF irá debater uso indevido de IA para criação de deepfakes.** A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta semana, [requerimento](#) apresentado pela deputada **Erika Kokay** (PT/DF) para realização de audiência pública para debater o uso indevido da inteligência artificial para criação de imagens falsas, o impacto na vida de crianças e adolescentes, bem como medidas para o enfrentamento do aumento dos casos de deep nude. A data, horário de realização da audiência e convidados participantes deverão ser divulgados oportunamente.
- **Brasil assina carta latina sobre inteligência artificial na administração pública.** O Conselho Latino-Americano da Administração pelo Desenvolvimento (CLAD) aprovou uma “[Carta sobre Inteligência Artificial dentro da Administração Pública](#)”, com o objetivo de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento da IA nesse contexto. Segundo o relator do documento, Ignacio Criado, a ideia é promover um marco compartilhado voltado para o serviço público e os cidadãos, fornecendo orientações aplicadas para que os governos possam consolidar suas próprias estratégias e políticas de IA. Uma das recomendações é promover um modelo de gestão de dados como eixo central do desenvolvimento de sistemas algorítmicos, ressaltando a

importância da qualidade dos dados utilizados. O CLAD também sugere que as administrações públicas estabeleçam unidades responsáveis pela gestão e qualidade dos dados, garantindo a boa gestão em todo o Setor Público e no intercâmbio com outros setores. A presidente do CLAD, **Esther Dweck**, destaca a relevância do tema para todos os governos e o papel fundamental dessa carta de princípios para o desenvolvimento da Inteligência Artificial na administração. Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **Moraes defende limitar uso da inteligência artificial nas eleições.** A um ano das eleições municipais, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro **Alexandre de Moraes**, fez um chamado para a implantação de limitações no uso da inteligência artificial (IA) durante o pleito eleitoral durante a realização do seminário promovido pelo TSE e pela União Europeia “*Desinformação nas Eleições*”, e que visa debater estratégias para combater a desinformação e garantir a integridade das eleições municipais que acontecerão no próximo ano. Na ocasião Moraes ressaltou a importância de propor teses legislativas e limitações para a utilização da IA, a fim de evitar a manipulação dos eleitores por meio de notícias falsas e desinformação veiculadas nas redes sociais. Segundo o ministro, a desinformação representa uma ameaça à democracia, uma vez que pode influenciar a livre vontade do eleitor e distorcer a percepção da realidade. Moraes destacou que a disseminação de notícias falsas, aliada ao discurso de ódio e antidemocrático, pode resultar em uma verdadeira lavagem cerebral em alguns setores da sociedade. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Brasil não deve se precipitar em relação à regulamentação de IA, diz Mercadante.** O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), **Aloizio Mercadante**, anunciou durante um seminário promovido pela instituição que pretende sugerir à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e à Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) a criação de uma linha de crédito de R\$ 2 bilhões para impulsionar negócios na área de inteligência artificial. Ele destacou a necessidade de criar uma rede brasileira de inteligência artificial, um grupo permanente para reflexão e intervenção em questões relacionadas ao tema. Além disso, Mercadante afirmou que o Brasil deve aguardar a regulamentação do uso da inteligência artificial em países mais avançados nessa tecnologia antes de estabelecer suas próprias regras. Com informações de: [Valor Econômico](#) e [Valor Econômico](#)

## Inclusão Digital

- **Debatedores defendem capacitar a população para uso de tecnologias da informação.** Durante o seminário “*Conectividade Universal e Significativa: O poder do digital transformando o Brasil*” realizado nesta semana pelas Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI); de Comunicação (CCOM); e de Educação (CE) da Câmara dos Deputados, representantes do governo discutiram a importância de capacitar a população para o uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) para reduzir desigualdades sociais no Brasil. O seminário buscou estabelecer parâmetros mínimos de conectividade para a população. O secretário-substituto de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (MCom), **Pedro Lucas Araújo**, destacou a falta de letramento digital, afirmando que a indiferença à internet pode indicar subvalorização do recurso. Deputados destacam a importância do investimento em TICs

para a retomada econômica, enquanto representantes do Ministério da Educação (MEC) defendem a universalização da conectividade nas escolas públicas. Com informações de: [Agência Câmara](#)

- **CCT questionará critérios para conectividade das escolas em audiência pública.** A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado Federal agendou uma audiência pública para debater o projeto de conectividade das escolas pública para o dia 6 de dezembro. A iniciativa atende a um requerimento do senador **Izalci Lucas** (PSD/DF), que questiona os mecanismos de fiscalização das entidades envolvidas na implementação do projeto. Representantes dos Ministério das Comunicações (MCom); e da Educação (MEC), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (GAPE), da Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE) e da Presidente da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) serão convidados para participar do debate. Com informações de: [Tele.Síntese](#)
- **Aberto prazo para emendas ao substitutivo ao projeto que disciplina Auxílio Internet.** A deputada **Flávia Moraes** (PDT/GO) apresentou parecer pela aprovação com substitutivo ao PL 3501/2020 (Auxílio Internet) na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), sendo aberto o prazo para oferecimento de emendas ao substitutivo – o qual deve se estender até o dia 5 de dezembro. Uma vez encerrado o prazo de emendas, a relatora deverá apresentar seu parecer às eventuais emendas para que o projeto seja incluído na pauta deliberativa da Comissão. Caso não sejam apresentadas emendas, a matéria estará pronta para inclusão na pauta.

## Mídias Sociais

- **Pronto para pauta projeto que regulamenta cadastro de usuário em aplicações de internet.** O senador **Marcos Pontes** (PL/SP) apresentou parecer pela aprovação com substitutivo ao PL 113/2020 (cadastro de usuário em aplicações de internet) no âmbito da Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD). A matéria está pronta para inclusão na pauta da próxima reunião deliberativa da Comissão. Caso aprovado pela CCDD, o projeto seguirá para análise da Câmara dos Deputados – *salvo a apresentação de recurso para votação anterior pelo Plenário do Senado Federal*.
- **Apresentado parecer contrário às emendas ao projeto que estimula a pluralidade e diversidade de notícias.** O deputado **Gervásio Maia** (PSB/PB) apresentou parecer pela rejeição das 14 emendas sugeridas ao substitutivo ao PL 1354/2021 (estimula pluralidade e diversidade de notícias) no âmbito da Comissão de Comunicação (CCOM), mantendo assim a integridade de seu substitutivo anteriormente apresentado. A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta do colegiado. Após análise, o projeto segue à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.

## PD&I

- **MCTI disciplina Iniciativa Brasileira do Hidrogênio e Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio.** Foram publicadas, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Portarias que disciplinam a Iniciativa Brasileira do Hidrogênio (IBH2) e o Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio (SisH2-MCTI). A saber:
  - » A [Portaria nº 7.678/2023](#) dispõe sobre a Iniciativa Brasileira do Hidrogênio (IBH2) que tem como **finalidade** criar, integrar e fortalecer ações governamentais na temática de Hidrogênio e suas aplicações, com foco no desenvolvimento tecnológico e na promoção da inovação e do empreendedorismo. Dentre seus **objetivos**: **(i)** contribuir com a transição energética e a descarbonização da economia nacional; **(ii)** estimular o desenvolvimento conjunto de novas tecnologias e a transferência de conhecimentos associados ao Hidrogênio, entre a academia e os setores público e privado, com vistas à reindustrialização e à geração de emprego e renda; **(iii)** promover a formação, capacitação e fixação de recursos humanos na área de Hidrogênio; e **(iv)** apoiar programas e políticas nacionais relacionadas ao Hidrogênio, no âmbito do ecossistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O ato revogou, ainda, a [Portaria MCTI nº 6.100/2022](#).
  - » Enquanto a [Portaria nº 7.679/2023](#) dispõe sobre o Sistema Brasileiro de Laboratórios de Hidrogênio (SisH2-MCTI). Estabelece que o Sistema será constituído por um conjunto de laboratórios e redes de laboratórios, preferencialmente de caráter multiusuário e de acesso aberto a usuários públicos e privados, e direcionados à P&D e à prestação de serviços tecnológicos, ao empreendedorismo e à inovação em Hidrogênio. Fica revogada a [Portaria MCTI nº 6.101/2022](#).

## Saúde

- **Vai à CCTCI projeto que regulamenta o funcionamento de laboratórios de tecnologia assistiva de atendimento ao público.** A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta semana, o [PL 1764/2023](#) (*regulamenta o funcionamento dos laboratórios de tecnologia assistiva de atendimento ao público*), na forma do parecer do deputado **Márcio Honaiser** (PDT/MA). A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI). Após análise da CCTCI, o projeto ainda passa pelo crivo das Comissões de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.
- **Vai à CFT projeto que prevê incentivo à produção de tecnologia de reconhecimento visual para pessoas com deficiência visual.** Ainda no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) da Câmara dos Deputados, foi aprovado o [PL 3474/2023](#) (*incentivo à produção de tecnologia de reconhecimento visual para pessoas com deficiência visual*), nos termos do parecer favorável a este e pela rejeição do PL 3577/2023, apensado, do deputado **Márcio Jerry** (PCdoB/MA). A matéria segue à Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Após o crivo da CFT, o projeto ainda passa pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.
- **Pronto para inclusão na pauta projeto que prevê criação de cartão de identificação do de usuário do SUS.** A deputada **Jandira Feghali** (PCdoB/RJ) apresentou parecer favorável ao [PL](#)

[5875/2013](#) (*prevê a criação de cartão de identificação do usuário do SUS*) e apensados, com substitutivo, na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta do colegiado. Após análise da CCTI, o projeto segue ainda às Comissões de Saúde (CSAUDE); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); bem como ao Plenário. Caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.

## Economia & Tributário

- **Executivo comunica veto integral à prorrogação da desoneração da folha de pagamentos.** O presidente **Lula** (PT) vetou integralmente o [PL 334/2023](#) (*prorrogação da desoneração da folha até 2027*). Agora, caberá ao Congresso Nacional promover a avaliação quanto a manutenção ou derrubada do veto, o que deve ocorrer já nas próximas semanas.
- **Haddad promete alternativa à desoneração da folha para evitar que Congresso derrube veto.** O ministro **Fernando Haddad** (Fazenda) anunciou que apresentará em dezembro uma “alternativa robusta” à política de desoneração da folha de pagamentos. Haddad defende o veto total de Lula à prorrogação da medida, alegando que a política não gerou os empregos esperados e possui um custo significativo e que não acredita que o fim da medida resulte em demissões em massa. Ele não revelou detalhes sobre a alternativa, mas afirmou que a medida será apresentada ao presidente após sua volta de viagem à Dubai. Haddad também mencionou a importância da votação da reforma tributária ([PEC 45/2019](#)) e da [MPV 1185/2023](#) (*crédito fiscal de subvenção para investimento*) antes de qualquer decisão sobre a desoneração. Ao defender o veto de Lula, Haddad ressaltou que o Congresso Nacional deve esperar para ouvir as razões do veto e as alternativas propostas antes de tomar qualquer decisão. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **MDIC designa Federação Assespro para composição do Fórum de Comércio e Serviços.** Foi publicada, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), a [Portaria nº 340/2023](#), que regulamenta composição do Fórum MDIC de Comércio e Serviços (FMCS) e suas Câmaras Setoriais. O Fórum é estruturado ainda por meio de 2 Câmaras Setoriais: (i) a Câmara de Comércio e Serviços Conectados ao Varejo; e (ii) a Câmara de Serviços Baseados em Conhecimento. Está prevista ainda a possibilidade do funcionamento de até 4 Grupos de Trabalho (GTs), de caráter temporário e duração não superior a 1 ano, para subsidiar atividades e deliberações específicas dentro de cada Câmara.
- **Vai à sanção projeto que prorroga incentivos fiscais da Sudam e da Sudene.** O Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou, nesta quarta (22), o substitutivo aprovado pelo Senado Federal ao PL 4416/2021 (*prorroga incentivos fiscais da Sudam e da Sudene*). Nesse sentido, a matéria será remetida à sanção presidencial.
- **Vai à CFT projeto que prevê isenção de IR para participação nos lucros da empresa.** A Comissão de Trabalho (CTRAB) aprovou o PL 581/2019 (*isenção de IR para participação nos lucros*), seguindo o parecer do deputado **Luiz Carlos Motta** (PL/SP). O projeto altera a Lei nº

[10.101/2000](#), que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, para prever que a participação nos lucros não ficará sujeita à incidência do imposto sobre a renda retido na fonte, nem integrará a base de cálculo do imposto sobre a renda do beneficiário. A matéria segue para análise das Comissões de Finanças e Tributação (CFT), de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e Plenário da Câmara.

- **Aberto prazo para oferecimento de emendas ao projeto que dispõe sobre a formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira.** Ainda no âmbito da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados, foi aprovado o [PL 4133/2023](#) (formulação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira), na forma do parecer do deputado Jorge Goetten (PL/SC). A matéria seguiu à Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), onde Goetten também relatará o texto e foi aberto o prazo para oferecimento de emendas ao projeto – o qual deverá se estender até o dia 3 de dezembro.
- **Câmara instala subcomissão para fiscalizar empresas de e-commerce.** A Câmara dos Deputados criou uma subcomissão para fiscalizar a cobrança de impostos sobre empresas estrangeiras de e-commerce, como Shein, Shopee e AliExpress. O presidente do grupo será o deputado **Júlio Lopes** (PP/RJ) e a relatoria ficará com **Luiz Gastão** (PSD/CE). A subcomissão será vinculada à Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) e tem como **objetivo avaliar o trabalho dos órgãos públicos que fiscalizam a cobrança de tributos feitos pela Receita Federal**. Segundo Lopes, o Brasil deixa de arrecadar mais de **R\$ 417 bilhões** por ano devido à sonegação de empresas. Nas próximas reuniões, a subcomissão poderá convocar empresários para audiências públicas e solicitar informações de órgãos públicos sobre as cobranças dos tributos. A subcomissão será composta por 8 deputados, entre titulares e suplentes, incluindo Lopes, Gastão, **Delegado Ramagem** (PL/RJ), **Lucas Ramos** (PSB/PE), **Marangoni** (UNIÃO/SP), **Mersinho Lucena** (PP/PB), **Vítor Lippi** (PSDB/SP) e **Zé Neto** (PT/BA). Com informações de: [Poder 360](#)
- **STF decide contra o fim da restrição a créditos de ICMS por consumo de telecom.** Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter as restrições aos créditos de ICMS estabelecidas pela [Lei Kandir](#) (operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação), rejeitando a demanda do setor industrial. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) moveu a [ADI 2325](#) contra trechos da legislação que limita a utilização de créditos do Imposto por empresas exportadoras em gastos com energia elétrica, serviços de comunicação e insumos. A CNI alegava que as normas em questão desrespeitam o princípio da não cumulatividade. O ministro relator, **André Mendonça**, mencionou precedente do Supremo no sentido de que “o contribuinte apenas poderá usufruir dos créditos de ICMS quando houver autorização da legislação complementar. Logo, o diferimento da compensação de créditos de ICMS de bens adquiridos para uso e consumo do próprio estabelecimento não viola o princípio da não cumulatividade”. Com informações de: [Tele.Síntese](#)
- **Gecex publica resoluções que alteram Ex-tarifários de BIT.** Foram publicadas duas Resoluções do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex) que



alteram as alíquotas do Imposto de Importação (II) incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicação (BIT) na condição de Ex-tarifários. A saber:

- » a [Resolução nº 534/2023](#) divulga, na forma do [Anexo](#), os [Ex-tarifários incluídos à lista de BITs com alíquota do II zerada pela Resolução Gecex nº 323/2022](#), dentre os quais: **(i)** máquinas automáticas para processamento de dados; **(ii)** placas eletrônicas de HMI de entradas e saídas de sinais digitais com "software" alimentação; e **(iii)** unidades de memória de estado sólido (SSD - *solid state drive*); e
  - » a [Resolução nº 535/2023](#) que divulga, na forma dos Anexos I a IV, os Ex-tarifários revogados da lista de BITs com alíquota do II zerada pela [Resolução Gecex nº 323/2022](#). Ao todo foram [revogados 1.602 Ex-Tarifários de BIT](#), dentre os quais: **(i)** roteadores digitais com capacidades de conexões às redes sem fio de telefonia celular 5G sobre WiFi 6 padrão IEE 802.11ax; **(ii)** roteadores digitais WiFi 6, gerenciados remotamente; **(iii)** equipamentos de redes ópticas, tipo terminais de clientes; e **(iv)** aparelhos emissores com receptores incorporados de tecnologia digital, denominados de Pontos de Acesso AP (*Access Point*). Esta Resolução entra em vigor em 21 de janeiro de 2024.
- **Confaz declara rejeição a Convênio ICMS sobre remessa interestadual de bens e mercadorias.** O Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) publicou, nesta semana, [Ato Declaratório](#) em que declara a rejeição do Convênio ICMS nº 174/2023, que dispõe sobre a remessa interestadual de bens e mercadorias entre estabelecimentos de mesma titularidade. A decisão levou em consideração manifestação do governo do Estado do Rio de Janeiro.
- **Vai à CICS projeto que permite que devedores do INSS ingressem no Simples Nacional.** A Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta semana, o [PLP 164/2021](#) (permite que devedores do INSS ingressem no Simples Nacional), na forma do parecer favorável, com emenda, apresentado pelo deputado **Rodrigo Valadares** (UNIÃO/SE). A matéria segue à Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS). Após o crivo da CICS, o projeto ainda passa pelas Comissões de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); e pelo Plenário. Caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.
- **Apostas Esportivas: Pronto para inclusão na pauta da CAE.** O senador **Carlos Viana** (PODE/MG) apresentou, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, parecer favorável ao PL 2838/2020 (regulamenta apostas esportivas de quota fixa), na forma do Substitutivo da CCT, com subemenda. A matéria se encontra pronta para inclusão na pauta do colegiado. Caso aprovada será remetida à Câmara dos Deputados – *salvo se interposto recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.
- **Pronto para inclusão na pauta projeto que regulamenta oferta do serviço de conteúdo audiovisual por demanda.** O deputado **André Figueiredo** (PDT/CE) apresentou parecer preliminar de Plenário pela aprovação, com substitutivo, ao [PL 8889/2017](#) (regulamenta oferta do serviço de conteúdo audiovisual por demanda). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta do Plenário e, caso aprovada, será remetida ao Senado Federal.

- **Aprovado projeto que regulamentação da Condecine sobre serviços de *streaming*.** A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, em primeiro turno, o [PL 2331/2022](#) (*regulamentação da Condecine sobre serviços de streaming*), na forma do [parecer favorável ao projeto e pela rejeição do PL 1994/2023, apensado, com substitutivo](#), do senador **Eduardo Gomes** (PL/TO). A matéria ainda precisa passar por turno suplementar e, caso provado, será remetido à Câmara dos deputados – *salvo se interposto recurso para apreciação anterior pelo Plenário*.
- **STF vai decidir sobre cobrança do Difal-ICMS na próxima semana.** O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou nesta quinta-feira (23) o julgamento de três ações que tratam da cobrança do Diferencial de Alíquota (Difal) do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). O julgamento foi estendido para a próxima quarta-feira (29), com a apresentação dos votos dos ministros. Durante a sessão, os ministros escutaram as sustentações orais nas ações, mas por falta de tempo, o presidente da Corte, ministro Roberto Barroso, afirmou que o julgamento será retomado na próxima sessão com o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes. Com informações de: [Poder 360](#)

## Consumidor

- **Decreto institui GTI para elaborar proposta de Plano Nacional de Comunicação Antirracista.** Por meio do [Decreto nº 11.787/2023](#), fica instituído Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de elaborar proposta do Plano Nacional de Comunicação Antirracista destinado a propor ações, estratégias e orientações relacionadas ao tema nos órgãos e nas entidades da administração pública federal, no âmbito da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) e do Ministério da Igualdade Racial (MIR). O GTI terá com **duração** de 90 dias, prorrogável por igual período, após o qual deverá apresentar aos titulares da Secom e do MIR relatório final de atividades.

## Ambiental

- **Vai À CFT projeto que estabelece requisitos ambientais e eficiência energética para bens de informática.** A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) aprovou o [PL 1458/2022](#) (*requisitos ambientais e eficiência energética para bens de informática*) na forma do [substitutivo](#) do deputado **Nilton Tatto** (PT/SP). A matéria segue para análise da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e, posteriormente, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovada, será remetida para apreciação do Senado Federal.
- **Conselho Federal Institui Câmara Técnica Permanente de Desenvolvimento Econômico e Sustentável e Mudança do Clima.** A [Resolução nº 1/2023](#), publicada pelo Conselho da Federação da Presidência da República (CF/PR) instituiu três Câmaras Técnicas Permanentes, das quais se destaca a de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Mudança do Clima. Ainda, esclarece que as Câmaras Técnicas são fóruns de discussão temática, de natureza consultiva, de assessoramento ao Plenário do Conselho da Federação, destinadas a realizar

diagnósticos, formular, aperfeiçoar e debater propostas de reformas institucionais e de políticas nacionais setoriais, com vistas a subsidiar as decisões do Conselho. Além disso, poderão ser convidados para apoiar as atividades das Câmaras Técnicas Permanentes especialistas e representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, resguardados o compromisso de sigilo e a declaração de conflitos de interesses.

- **Em sessão temática, governo anunciou metas do Brasil na COP-28.** O Senado Federal debateu os desafios do Brasil na COP-28 em sessão com a participação de representantes do governo e especialistas. A presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), senadora **Leila Barros** (PDT/DF), falou sobre a importância de respeitar os limites ecológicos do planeta diante dos riscos das mudanças climáticas. O assessor especial do ministro da Fazenda, **Rafael Ramalho**, anunciou que o Brasil se comprometerá com a redução de 53% das emissões de gases estufa até 2030, além de mencionar ações desenvolvidas pelo Ministério da Fazenda (MF) para promover o crescimento econômico e o adensamento tecnológico. Ramalho também apontou como desafios da conferência o balanço geral do Acordo de Paris e o compromisso dos países ricos em auxiliar as nações em desenvolvimento no enfrentamento das mudanças climáticas. A sessão também contou com a participação de especialistas em meio ambiente representando entidades da sociedade civil, como o Observatório do Clima, SOS Mata Atlântica e o WWF. A COP-28 acontecerá entre os dias 30 de novembro e 12 de dezembro em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos (EAU). Com informações de: [Agência Senado](#)

## Trabalhista

- **Vai ao Senado Federal projeto de Lei do Primeiro Emprego.** O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o PL 5228/2019 (Lei do Primeiro Emprego) na forma do substitutivo apresentado pela deputada **Adriana Ventura** (NOVO/SP) em Plenário. A matéria segue para análise do Senado Federal quanto às mudanças promovidas pela Câmara dos Deputados com relação ao texto original da matéria, anteriormente aprovado pelos senadores.
- **Retorna ao Senado Federal projeto que trata de contrato de trabalho por prazo determinado para admissão de jovens entre 16 e 24 anos de idade.** O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta semana, o PL 5496/2013 (contrato de trabalho por prazo determinado para admissão de jovens entre 16 e 24 anos de idade), na forma do parecer favorável, com substitutivo da deputada **Adriana Ventura** (NOVO/SP). A matéria retorna ao Senado Federal para análise das alterações promovidas por esta Casa.
- **Decreto regulamenta Lei que determina igualdade salarial e critérios remuneratórios entre mulheres e homens.** Por meio do Decreto nº 11.795/2023, fica regulamentada a Lei nº 14.611/2023, que dispõe sobre igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens. Entre outros, o ato determina que cabará ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) disponibilizar ferramenta eletrônica para envio e publicação dos Relatórios de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, que deverá estabelecer: **(I)** as medidas a serem adotadas, as metas e os prazos; e **(II)** a criação de programas relacionados à: **(i)** capacitação de gestores, lideranças e empregados a respeito do tema da equidade entre mulheres e homens

no mercado de trabalho; (ii) promoção da diversidade e inclusão no ambiente de trabalho; e (iii) capacitação e formação de mulheres para o ingresso, a permanência e a ascensão no mercado de trabalho em igualdade de condições com os homens. Caso seja verificada a desigualdade salarial e de critérios remuneratórios, as empresas terão 90 dias para apresentar o Plano de Ação para Mitigação da Desigualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios entre Mulheres e Homens.

➤ **Decretos instituem Novo Plano Nacional Viver Sem Limite e Câmara Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.** Em edição extra do Diário Oficial da União – DOU desta semana, foram publicados dois Decretos que instituem o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Novo Viver sem Limite) e a Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CIDPD). A saber:

- » O [Decreto nº 11.793/2023](#), que institui o Novo Plano Nacional Viver sem Limite, tem a **finalidade** de promover, por meio da integração e da articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência (PcDs). Dentre as diretrizes do Plano, destacam-se (i) a garantia de acesso das pessoas com deficiência aos produtos, aos serviços e aos equipamentos públicos e privados; (ii) a ampliação da participação de PcDs nas várias dimensões da vida social, mediante a diminuição das barreiras e das desigualdades sociais; e (iii) a promoção da igualdade equitativa de oportunidades e de adaptações razoáveis para PcDs.
- » Concomitantemente, o [Decreto nº 11.794/2023](#) institui a Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CIDPD), órgão colegiado de caráter permanente que contará, em sua estrutura institucional, de Comitê Gestor – *integrado pelos titulares dos Ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) – que o presidirá; da Casa Civil; da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); da Educação (MEC); da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); e da Saúde (MS) – ; Grupo Executivo; órgãos e entidades executoras; e câmaras Técnicas.*

➤ **Promoção do trabalho decente exige fortalecimento do sistema de proteção, defende procurador.** O Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público do Trabalho (MPT) defendeu a territorialização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em audiência na Câmara dos Deputados. Durante a reunião, o procurador regional do Trabalho **Rafael Dias Marques** destacou a importância da aproximação do Ministério com a sociedade, por meio da expansão de agências e criação de estruturas próximas à população. Ele ressaltou que um MTE forte é fundamental para garantir o trabalho decente, tanto na fiscalização quanto na geração de empregos de qualidade. A audiência, requerida pelo deputado **Bruno Farias** (AVANTE/MG), contou com a presença de representantes de organizações da sociedade civil e membros do governo, que discutiram a reestruturação e fortalecimento do MTE. Com informações de: [ASCOM MPT-MG](#)

➤ **Debatedores buscam consenso sobre oposição à contribuição sindical.** Durante audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para discutir questões como a efetividade das convenções coletivas ([PL 2099/2023](#)) debatedores divergiram sobre texto que altera o direito do trabalhador em relação à contribuição sindical. O projeto, já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), propõe mudar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para garantir que o trabalhador, mesmo que filiado, tenha que autorizar prévia e expressamente a cobrança de

contribuições aos sindicatos. Professores, representantes sindicais e dirigentes de entidades patronais expressaram suas opiniões a favor e contra o projeto, ressaltando a importância de garantir a liberdade de escolha do trabalhador e o fortalecimento da atuação sindical. A necessidade de um entendimento mútuo entre empregados e empregadores em relação ao tema também foi destacada, assim como a expectativa de que o assunto possa ser discutido amplamente para evitar prolongar a insegurança jurídica sobre o direito à oposição. Com informações de: [Agência Senado](#)

- **Ministra das mulheres denuncia desigualdade social, violência e misoginia.** Tecnologia, violência e desigualdade marcaram a apresentação da ministra **Cida Gonçalves** (Mulheres) na Comissão de Direitos Humanos (CDH) nesta terça-feira (21). Foram destacados os desafios enfrentados pelo governo para garantir a implementação de políticas e ações em defesa dos direitos das mulheres. Cida Gonçalves ressaltou a necessidade de igualdade de salário e de condições de trabalho, que passa pela aplicação efetiva da [Lei nº 14.611/2023](#) e pela criação de um ministério exclusivo para mulheres. A ministra ainda destacou a necessidade de um combate efetivo à misoginia e ao ódio contra as mulheres, inclusive na internet, apontando para a presença de canais no YouTube que propagam discurso de ódio e levantando a preocupação com a falta de capilaridade para discutir a política em todo o país. A ministra reforçou a importância de ações conjuntas para garantir o empoderamento e a proteção das mulheres, destacando o papel do governo, da sociedade e dos poderes legislativo e judiciário. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **Vai à CTRAB projeto que prorroga fatura em caso de interrupção no fornecimento de serviços.** A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta semana, o [PL 3172/2019](#) (*prorroga fatura em caso de interrupção no fornecimento de serviços*) nos termos do parecer favorável, com substitutivo, do deputado **Gilson Daniel** (PODE/ES). A matéria segue à Comissão de Trabalho (CTRAB). Após análise da CTRAB, o projeto ainda passa pelas Comissões de Comunicação (CCOM); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.

## Internacional

- **Designado relator de projeto que aprova Certificados de Assinatura Digital no Mercosul.** O senador **Humberto Costa** (PT-PE) foi designado relator do [PDL 929/2021](#) (*Certificados de Assinatura Digital no Mercosul*) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A matéria aguarda a apresentação do parecer do relator para ser incluído na pauta da reunião deliberativa da Comissão. Caso aprovado no Colegiado, o projeto seguirá para deliberação pelo Plenário do Senado e, se aprovado, será promulgado pelo Congresso Nacional, aguardando publicação de decreto do Poder Executivo para sua efetiva vigência no ordenamento jurídico brasileiro.

## Política

- **Sem acordo sobre vetos, sessão do Congresso é cancelada.** O presidente do Senado e do Congresso, senador **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG), cancelou a sessão conjunta de deputados e senadores para análise de vetos do presidente Lula (PT) que aconteceria nesta quinta (23). Líderes partidários e do Governo não chegaram a um acordo sobre os trechos rejeitados nos projetos do marco temporal de demarcações, das regras do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) e do novo regime fiscal. A nova data negociada para realizar a reunião é terça (28), às 12h. Congressistas da oposição afirmam que o governo ainda busca um meio-termo com a Câmara, especialmente com a resistência da bancada do agronegócio à derrubada dos vetos ao marco temporal, gerando insatisfação de deputados e do presidente da Câmara. O governo segue disponível para dialogar com os congressistas e busca esgotar todas as conversas para buscar um acordo em relação aos vetos em análise. Com informações de: [Poder 360](#)

## Administração Pública

- **Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção aprova regimento interno.** O Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC) aprovou, por meio da [Resolução nº 7/2023](#), o regimento interno do colegiado, órgão consultivo e pluriparticipativo instituído pelo [Decreto nº 11.528/2023](#), e tem como **finalidade** debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento e de fomento de políticas e estratégias sobre assuntos relacionados a transparência, integridade e combate à corrupção no âmbito da administração pública federal. Prevê também a apresentação, por parte do Conselho, de Plano de Trabalho com a identificação das iniciativas a serem priorizadas para o atingimento da finalidade, a partir da consolidação dos Planos de Ação instituídos no âmbito dos grupos de trabalho.
- **Ministro da Educação apresenta ações do MEC à Câmara.** O Ministro **Camilo Santana** (Educação) compareceu a uma audiência pública na Câmara dos Deputados para apresentar as principais ações do Ministério da Educação (MEC) aos parlamentares das Comissões de Educação (CE), de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC). Santana destacou a importância de políticas comprovadamente eficazes para impulsionar a educação no Brasil, como a alfabetização na idade correta e a implementação da educação em tempo integral. Além disso, ele enfatizou a equidade na educação como meio de garantir igualdade e oportunidade para todos os estudantes. O ministro também foi questionado sobre a segurança nas escolas, e destacou o esforço do MEC em uma construção de política educacional coletiva, ouvindo as partes envolvidas nas escolas. Durante a audiência, o ministro esteve acompanhado por diversas autoridades do MEC, reforçando o compromisso da Pasta com a educação brasileira. Com informações de: [ASCOM MEC](#)

## Orçamento

- **Pronto para pauta projeto que veda o contingenciamento de recursos do FUST.** O senador Astronauta **Marcos Pontes** (PL/SP) apresentou [parecer favorável](#) ao [PLP 77/2022](#) (veda o contingenciamento de recursos do Fust) no âmbito da Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD), concluindo [pela aprovação da matéria na forma do texto aprovado anteriormente pela CAE](#), que trouxe apenas emenda de redação ao projeto. A matéria está pronta para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após a análise pela CCDD, o projeto será votado pelo Plenário do Senado Federal. Caso aprovado, será remetido à Câmara dos Deputados.
- **Pronto para inclusão na pauta projeto que veda o bloqueio de verbas orçamentárias do FUNTTEL.** O deputado **David Soares** (UNIÃO/SP) apresentou [parecer favorável](#) ao [PLP 81/2022](#) (veda o bloqueio de verbas orçamentárias do FUNTTEL) na Comissão de Comunicação (CCOM). A matéria encontra-se pronta para inclusão na pauta do colegiado. Após análise da CCOM, o projeto ainda passa pelas Comissões de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); bem como pelo Plenário. Caso aprovado, será remetido ao Senado Federal.
- **Plano Plurianual: CMO aprova relatório preliminar e abre prazo para emendas.** A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional aprovou, nesta semana, o [relatório preliminar](#) do Plano Plurianual 2024-2027 ([PLN 28/2023](#)) com restrições à criação de novos programas. Foi estabelecido [prazo para apresentação de emendas](#) e [definidos valores e objetivos para programas finalísticos](#). Indicadores-chave serão avaliados anualmente. O relatório também determina prioridade para emendas coletivas e investimentos vinculados a agendas prioritárias e transversais. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **CMO aprova alteração do cronograma do Projeto de Lei Orçamentária Anual.** Ainda no âmbito da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, foi [aprovada solicitação](#) da presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para [alteração do cronograma do Projeto de Lei Orçamentária Anual](#) ([PLN nº 29/2023](#)).

## Consultas & Compras Públicas

- **Telebras abre consulta pública sobre eventual processo competitivo para implementar soluções TIC para entes governamentais.** Foi publicada o [aviso](#) de consulta pública no âmbito da Telebras, para solicitação de informações de [potenciais fornecedores e players de mercado](#), em participar de [eventual processo competitivo para implementar soluções de Infraestrutura como Serviço \(IaaS\)](#) abrangendo ainda as camadas de *Storage*, *Servidores*, *Virtualização*, *Sistemas Operacionais*, *Middleware*, *Runtime* e *Dados* que irá compor a oferta atual de **soluções TIC para entes governamentais**. As empresas interessadas deverão enviar, [até 8 de dezembro de 2023](#), solicitações de esclarecimentos ou informações adicionais ao endereço eletrônico [gestaodeparcerias@telebras.com.br](mailto:gestaodeparcerias@telebras.com.br).

- **Agendadas audiências públicas sobre consulta a proposta de reavaliação do PGMC e revisão do regulamento de uso do espectro.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) agendou, para o dia 8 de dezembro das 9h às 12h, a realização de audiência pública destinada a possibilitar o direito de manifestação sobre os documentos objeto da Consulta Pública ANATEL nº 64/2023, que trata da proposta de reavaliação da regulamentação de mercados relevantes, em especial o plano geral de metas de competição (PGMC). Ainda, ficou agendada para o dia 7 de dezembro das 14hr às 17hr, a realização de audiência pública destinada a possibilitar, o direito de manifestação sobre os documentos objeto da Consulta Pública ANATEL nº 65/2023, que trata da proposta de revisão do regulamento de uso do espectro (RUE). As audiências serão transmitidas pela internet e permitirão a participação remota, conforme orientações publicadas no portal da Anatel.
- **Prorrogado prazo para contribuição a consulta pública sobre Programa Selo Amazônia.** Foi prorrogado, para até 22 de dezembro de 2023, o prazo para que sejam apresentados comentários e sugestões à consulta pública no âmbito da Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SEV/MDIC), a respeito da proposta do Programa Selo Amazônia.

## Nomeações

- **Designados coordenadores de Tratamento de Incidentes de Segurança e de Fiscalização da ANPD.** Esta semana, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) designou Márcio Frederico Trevisan Mendonça como coordenador de Tratamento de Incidentes de Segurança da coordenação-geral de Fiscalização. Além disso, ainda no âmbito da Coordenação-Geral de Fiscalização, foi designada Maridélia Moura de Arruda Moreira para exercer o cargo de coordenadora.
- **Nomeado secretário-executivo do MEMP.** No âmbito do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP), foi nomeado para exercer o cargo de secretário-executivo, Renato Soares Peres Ferreira.

## Agendas de Destaque

- A ministra **Luciana Santos** (Ciência, Tecnologia e Inovação) participou, nesta semana, de seminário na Câmara dos Deputados com o tema *“Conectividade Universal e Significativa: O poder do digital transformando o Brasil”*. Na ocasião, a ministra afirmou que a temática é prioridade para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Abordando a importância da conectividade para enfrentar a desigualdade na era digital, a ministra ressaltou as iniciativas do Ministério, como: **(i)** o programa Conecta e Capacita; **(ii)** a proposta de um pacto nacional pelo letramento e capacitação digital da população; **(iii)** Letramento Digital; **(iv)** *Hackers* do Bem; e **(v)** Residência em TIC. O seminário, proposto pelas comissões da Câmara dos Deputados, foi destacado como uma oportunidade para discutir a inclusão digital e propor



políticas públicas que garantam o acesso à rede segura, estável e rápida, segundo a presidente da CCTI, deputada **Luisa Canziani** (PSD/PR).

- Já o ministro **Juscelino Filho** (Comunicações) participou da primeira reunião da Conferência Mundial de Radiocomunicações, realizada em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos (EAU), para discutir a ocupação da faixa de 6 GHz e a implementação da 6ª geração de sistemas de Telecomunicações Móveis Internacionais. Na ocasião, o ministro ainda se reuniu com representantes da China e da empresa Huawei para discutir o uso de faixas específicas e novas tecnologias, visando a melhor utilização do espectro brasileiro e pediu apoio à China para a utilização de estações base IMT (HBS) em determinadas faixas de frequências. Enquanto a China propôs dividir a faixa de 6 GHz, dedicando parte dela para Wi-Fi e parte para o serviço móvel. Além disso, o Brasil convidou a China para conversas bilaterais sobre as prioridades do país nos temas do G20. Para saber mais detalhes, acesse o [relatório](#) com questões técnicas, operacionais e regulamentares/processuais relevantes para a Agenda WRC-23.